

A materialização do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), Colombo-PR: verticalidades, horizontalidades e intencionalidades

Recibido: 26 de agosto de 2008. Aceptado en versión final: 30 de septiembre de 2008.

Luciano Zanetti Pessoa Candiotto*

Resumo. Esse artigo traz algumas considerações teóricas de Milton Santos que fundamentaram nossa pesquisa de doutoramento em Geografia, bem como a tentativa de empiricização dos conceitos de verticalidades, horizontalidades e intencionalidades, debatidos pelo autor. Tendo como objeto de pesquisa um roteiro de turismo rural, denominado Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), situado no município de Colombo-PR e a inserção de agricultores familiares no mesmo, procuramos discorrer sobre as verticalidades, horizontalidades e intencionalidades presentes na gênese e na implantação do CITUR. A partir da manifestação empírica destes três conceitos, pudemos apreender as ações e os sujeitos preocupados com o lugar e com seus habitantes, através das horizontalidades; as ações que interessam aos atores hegemônicos e os sujeitos que disseminam estas,

através das verticalidades; bem como objetivos (intencionalidades) que estão implícitos nessas ações e que muitas vezes não se manifestam na simples retórica dos sujeitos sociais. Com o intuito de apresentar alguns resultados da pesquisa, procuramos identificar os atores e as ações que condicionaram a materialização do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR). Por conseguinte, explanamos aqui, o que consideramos serem as principais verticalidades e horizontalidades presentes na gênese e na implantação do CITUR, e, de forma mais tímida, as intencionalidades dos atores/instituições envolvidos.

Palavras-chave: Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), verticalidades, horizontalidades, intencionalidades, Milton Santos, Colombo-PR.

La materialización del Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), Colombo-PR: verticalidades, horizontalidades e intencionalidades

Resumen. Este artículo aporta algunas consideraciones teóricas de Milton Santos que han servido a esta investigación, y también la búsqueda por explicar empíricamente los conceptos de verticalidades, horizontalidades e intencionalidades debatidos por el autor. Teniendo como tema de investigación una ruta turística llamada Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), con sede en la ciudad de Colombo-PR y la inclusión de los agricultores familiares en el mismo, se habla acerca de las verticalidades, horizontalidades e intencionalidades en la génesis y la implementación del CITUR. Con base en la manifestación empírica de estos tres conceptos, se procura conocer e interpretar las acciones y las personas interesadas en el lugar y sus habitantes, a través de las horizontalidades; las acciones de interés para los actores hegemónicos y las

personas que difunden éstos a través de las verticalidades; y los objetivos (intencionalidades) que están implícitos en estas acciones y que a menudo no se producen en la simple retórica de los sujetos sociales. Con el fin de presentar algunos resultados de la investigación, se han identificado los actores y las acciones que condicionaron la materialización del Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR). Por tanto, se explican aquí las principales verticalidades y horizontalidades presentes en la génesis e implantación del CITUR, así como las intenciones de los actores e instituciones involucrados.

Palabras clave: Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), verticalidades, horizontalidades, intencionalidades, Milton Santos, Colombo-PR.

* Rua Londrina, 355, Bairro Vila Nova, Francisco Beltrão – Paraná, Brasil, CEP 85605-030. E-mail: lucianocandiotto@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Esse artigo traz algumas considerações teóricas de Milton Santos, que fundamentaram nossa pesquisa de doutoramento em Geografia, bem como a tentativa de aplicar os conceitos de verticalidades, horizontalidades e intencionalidades em uma realidade empírica estudada. Tendo como objeto de pesquisa o Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), situado no município de Colombo-PR e a inserção de agricultores familiares no mesmo, procuramos discorrer sobre as verticalidades, horizontalidades e intencionalidades presentes na gênese e na implantação do CITUR. Finalizada em 2007, a pesquisa sobre o CITUR nos deu elementos para discorrer sobre o processo de inserção e/ou refuncionalização de objetos e ações no município de Colombo, estado do Paraná, Brasil.

Buscando realizar uma abordagem comprometida em entender a partir do lugar, suas conexões com outras escalas geográficas (regional, nacional, global, etc.), urge verificar qual a influência de outras escalas espaciais na materialização do turismo rural em Colombo. Para o recorte da pesquisa, utilizamos a proposta teórico-metodológica de Milton Santos (1996), onde consideramos o Circuito Italiano de Turismo Rural como *evento materializado* no lugar. Ademais, Santos atribui igual importância para a escala de *manifestação do evento* (global), que nessa pesquisa, se constitui na disseminação global da idéia de que o turismo rural é uma modalidade sustentável de turismo, sendo, portanto, uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Com o intuito de apresentar alguns resultados da pesquisa, procuramos identificar os sujeitos e as ações que condicionaram a gênese e a implantação do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR). Por conseguinte, apresentamos aqui, o que consideramos serem as principais verticalidades (responsáveis pela origem do evento) e horizontalidades (correspondentes à realização do evento no lugar), presentes na gênese e na implantação do CITUR, e, de forma mais tímida, as intencionalidades dos atores/instituições envolvidos. Por conseguinte, faz-se necessário mostrar o que Milton Santos entende por verticalidades, horizontalidades e intencionali-

dades, para posteriormente, aplicar tais conceitos na realidade empírica estudada.

VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

Para Milton Santos, a racionalidade hegemônica global¹ se apresenta como uma ideologia comandada pelos atores hegemônicos do capitalismo, sobretudo as macroempresas. Essa racionalidade é transmitida para a sociedade através das verticalidades, que se espacializam no território como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, e que estão profundamente adequados às tarefas produtivas hegemônicas. Nas verticalidades predomina o tempo rápido/universal, e os interesses corporativos sobressaem-se sobre os interesses públicos.²

O sistema de produção que se serve das verticalidades é constituído por redes, estas a serviço daqueles atores que, de fora da área, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros atores. “As decisões essenciais, concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes”, tendo como conseqüência a alienação das pessoas presentes nos lugares (Santos, 2000:107).

Sob essa perspectiva, a dialética no/do território se afirma mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto (global) da parcela política da produção. Assim, há um conflito que se agrava entre um espaço local e um espaço global, este último com um conteúdo ideológico de origem distante, que chega em todos os lugares (Santos, 2002).

Entendendo que as redes estão a serviço dos atores hegemônicos do capital, sendo territórios

¹ Existe uma racionalidade sistêmica nas ações e nos objetos (Santos, 1996).

² As frações do território que constituem esse espaço de fluxos [verticalidades] constituem o reino do tempo real, subordinando-se a um relógio universal, aferido pela temporalidade globalizada das empresas hegemônicas presentes. (Santos, 2000:107).

das formas e normas a serviços de alguns, Milton Santos (2002) usa o conceito de espaço banal para contrapor ao conceito de redes, entendendo-o como o território de todos. “As redes constituem uma parte do espaço e o espaço de alguns. Já o espaço banal³ é o espaço de todos, todo o espaço” (p. 16). Na visão de Santos (1996), as redes estão profundamente ligadas ao poder, e “são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos” (p. 212), pois “são globais, e transportam o universal ao local” (p. 268).⁴

Segundo Saquet, uma rede é

[...] resultado não apenas da relação capital-trabalho e da circulação de mercadorias, mas é fruto de relações sociais, objetiva e subjetivamente, na territorialidade cotidiana. [...] A formação de redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do* e *no* espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos sociais (Saquet, 2003:26).

Por serem produzidas em rede, as verticalidades não dependem de um território físico específico para serem criadas. Contudo, as verticalidades⁵ somente se manifestam concretamente no espaço geográfico através de sua irradiação nos lugares. É

³ Santos usa o conceito de espaço banal, proposto por Perroux, onde o espaço banal se constitui como oposição ao espaço econômico. O espaço banal, entendido também como espaço total, caracteriza-se por sua extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contigüidade. Para Santos (2000), a tendência de difusão da racionalidade hegemônica faz com que o espaço banal seja residual. O fortalecimento do espaço banal seria, porém, fundamental para a emergência de mudanças profundas na organização da sociedade e do espaço.

⁴ Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros (Santos, 1996:222).

⁵ Santos (1996), cita como exemplos de verticalidades, o comércio internacional, as demandas da grande indústria, as necessidades de abastecimento metropolitano, e as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais e estrangeiras.

no cotidiano dos lugares, no espaço banal, que as verticalidades são incorporadas e até contrapostas pela sociedade local. Assim, para Santos (2000:113), a “possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente.”

Como contraponto às verticalidades, Milton Santos utiliza o conceito de horizontalidades, referindo-se à contigüidade dos lugares, ao espaço banal. Enquanto as verticalidades se caracterizam pela ação dos atores hegemônicos em redes, e por um tempo único (rápido), nas horizontalidades todos os agentes são implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados.

Nesse sentido, as horizontalidades correspondem ao contínuo, enquanto as verticalidades são eventos separados no espaço, que asseguram, por meio de normas rígidas, o funcionamento global da sociedade e da economia. As verticalidades “aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos” (1996:105). Elas são controladas pelas macroempresas, juntamente com o apoio/subordinação dos Estados. Essas verticalidades formam um espaço de fluxos, que ordenam o espaço total (Santos, 2002).

Ao contrário das verticalidades, as horizontalidades carregam diversas temporalidades, e o meio geográfico tem um papel central. “As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (Santos, 2002:16). Ocorre, contudo, que as verticalidades penetram nas horizontalidades, de modo que ambas são confrontadas no lugar.

Além das racionalidades típicas das verticalidades que as atravessam, as horizontalidades admitem a presença de outras racionalidades, denominadas contra-racionalidades. Santos (2000) acredita que as contra-racionalidades permitem a expansão da consciência.

As contra-racionalidades são formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, carac-

terística da racionalidade hegemônica típica das verticalidades (p. 110).

Desta forma, as horizontalidades “[...] podem ser o lugar da finalidade imposta de fora, de longe ou de cima” e/ou o da contrafinalidade, onde haveria um forte protagonismo da sociedade local (Santos, 1996:105). Nas horizontalidades é possível, portanto, confrontar os valores globais hegemônicos (verticalidades) com aspectos de aceitação e/ou resistência locais.

Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (Santos, 1996:207).

A união vertical traz desordem às regiões, pois busca seu próprio benefício. Já a *coesão horizontal que se dá ao serviço do mercado* tende a corroer a *coesão horizontal que está a serviço da sociedade*. A eficácia dessa união vertical só sobrevive, porém, com normas rígidas, adotadas por governos nacionais e seguidas através do sacrifício da nação, como no caso do Brasil (Santos, 2002). Vale ressaltar a idéia de dois tipos de coesão horizontal conflitantes, sendo uma a serviço do mercado, e outra a serviço da sociedade. Quanto menos atuante e coesa for determinada sociedade, mais fácil será para o mercado predominar sobre estas horizontalidades e suprimi-las.

No uso do território, as verticalidades são mais fortes do que as horizontalidades. A força das verticalidades se dá em função das normas determinadas por firmas transnacionais e aceitas pelos governos nacionais, e das redes de circulação de informações, mercadorias e pessoas.

Apesar de concordarmos que as redes estão a serviço de uma racionalidade controlada pelos atores hegemônicos do capital, é preciso ressaltar a existência de redes contra-rationais, criadas com o objetivo de resistir às determinações da racionalidade hegemônica e fortalecer a participação social no processo de tomada de decisões.

Mesmo com o controle do meio técnico-científico-informacional pelas firmas transnacio-

nais, pelo mercado e, mais timidamente, pelos Estados, os frutos das inovações técnicas (internet, satélites, etc.) acabam beneficiando a comunicação entre grupos de resistência e questionamento à ordem global instaurada.⁶ Todavia, as verticalidades e as redes, responsáveis pela disseminação da ordem global, são profundamente dependentes dos avanços da técnica. Por sua vez, a técnica é, para Santos (1996), o principal fenômeno de produção/transformação do espaço geográfico.

A difusão global das técnicas e sua incorporação nos lugares dependem intimamente do que os atores (globais, locais ou com influência em outras escalas geográficas) pretendem com a propagação de determinada ação. Esses objetivos, que muitas vezes não são manifestados na retórica, mas que se constituem nas finalidades das diversas ações que acabem afetando os lugares, são chamados por Santos de intencionalidades, como veremos a seguir.

INTENCIONALIDADES

Para Santos (1996), a noção de *intencionalidade* permite avançar nas relações entre objeto e ação, haja vista que “à intencionalidade da ação se conjuga à intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e técnica presente no território” (p. 76). Apreender as intencionalidades é fundamental para entender como se dá a produção dos lugares. Santos adverte, todavia, para o fato de que ações intencionadas podem conduzir a resultados não intencionados. “Uma razão pela qual não se pode prever completamente o resultado da ação vem do fato de que a ação sempre se dá sobre o meio, que tem o poder de deformar o impacto da ação.” (p. 76). Este meio seria o lugar, isso é, o *locus* da materialização das ações intencionais através dos objetos.

O conceito de intencionalidade traduz a busca ou a projeção de um futuro, pensado por qualquer ator ou grupo social. Santos e Silveira (2001) afirmam que o presente não é só o resultado do passa-

⁶ Alguns exemplos são as redes formadas por movimentos sociais, grupos religiosos, camponeses, etc., além das redes ilegais, de terroristas, traficantes de drogas e armas, entre outros.

do, mas também da intencionalidade (que projeta o futuro). Existem, contudo, intencionalidades que predominam sobre outras, e que geralmente, não são explicitadas nas retóricas.

O poder diferenciado dos sujeitos influencia na aceitação e na materialização das intencionalidades, pois é comum que as intencionalidades da maioria da população não consigam predominar sobre as intencionalidades dos atores dominantes. A própria racionalidade hegemônica vigente no meio técnico-científico-informacional serve para a efetivação e o êxito de intencionalidades dos macroatores do capitalismo global.

Para Santos (1996:73):

a noção de intencionalidade é eficaz na contemplação do processo de produção e de produção de coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno.

As intencionalidades são muito mais amplas e complexas que os objetivos presentes na retórica, nos discursos dos sujeitos, e, revelá-las, é algo difícil e desafiador para o geógrafo.

Santos (1997) ainda entende que a intencionalidade pode ser mercantil e/ou simbólica, isto é, os objetivos de determinada ação –que pode levar a reformulações na composição e disposição dos objetos– podem estar vinculados à obtenção de lucro ou à cristalização de concepções ideológicas. Sabemos, no entanto, que ambas as intencionalidades estão vinculadas à manutenção ou à conquista de poder.

Após apresentarmos os três conceitos pilares deste artigo, partimos para uma caracterização do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), para então, relacionar os conceitos de verticalidades, horizontalidades e intencionalidades ao desenvolvimento do CITUR.

GÊNESE DO CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL (CITUR)

O município de Colombo, que abriga os atrativos do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), localiza-se na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a mais dinâmica do Estado do Paraná. A

concentração de órgãos públicos, indústrias, infraestrutura, comércio, serviços, e o grande número de habitantes (1.797.408), fazem de Curitiba a cidade mais estruturada e com maior poder de consumo. Em contrapartida, os municípios adjacentes à Curitiba, são pequenos, com pouca densidade técnica, e, dependentes da circulação econômica proveniente da capital.

Em razão da importância da conservação ambiental dos mananciais de abastecimento de água e das áreas geologicamente frágeis (que se apresentam como fatores limitantes das atividades econômicas a serem implantadas na Região Metropolitana de Curitiba), bem como devido à necessidade de geração de alternativas de emprego e renda nos municípios da RMC, o turismo vem sendo considerado uma atividade promissora para Colombo e para outros municípios. Ademais, devido à alta circulação de pessoas, de capital, de mercadorias e de meios de transporte e comunicação em Curitiba, existe uma grande demanda populacional em potencial para atividades de lazer e turismo.

Considerando a iniciativa de criação e de implantação de um “Anel de Turismo da Região Metropolitana de Curitiba”⁷ pela EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) regional Curitiba; COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba); ECOPARANÁ e Paraná Turismo (instituições de turismo do governo estadual), o *Circuito Italiano de Turismo Rural* surge como a experiência pioneira do referido anel, contando com apoio da Prefeitura Municipal de Colombo. Como mostra Nitsche (2000), o CITUR foi o primeiro roteiro de turismo da RMC lançado ao público. A EMATER Paraná, através do escritório regional de Curitiba, foi a principal responsável pelo projeto piloto de turismo rural no Paraná. Por sua vez, o interesse da prefeitura de Colombo também foi fundamental para que esse projeto fosse implantado no município.

Tendo como exemplo uma experiência da EMATER do estado do Espírito Santo com turismo

⁷ O Anel de Turismo da RMC é composto por diversos roteiros e circuitos turísticos localizados em municípios da Região, sendo alguns já implantados, e outros em processo de materialização.

rural, a EMATER do estado do Paraná elaborou um projeto piloto para o desenvolvimento de turismo rural enfocando um roteiro étnico no município de Almirante Tamandaré (localizado também na RMC), porém este não foi executado na época. Logo depois, os trabalhos sobre turismo se voltaram para Colombo devido ao interesse da Prefeitura Municipal em elaborar também um roteiro turístico temático, surgindo a proposta do “Circuito Italiano de Turismo Rural” (Nitsche, 2000).

Nesse contexto, o Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR) foi concebido em 1998, e oficialmente inaugurado em 5 de fevereiro de 1999, por meio de uma ação conjunta entre a Prefeitura Municipal de Colombo, EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural); COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba); ECOPARANÁ (autarquia de apoio ao turismo no Paraná) e Paraná Turismo. Nitsche (2000) afirma que o projeto do CITUR foi elaborado pela EMATER/PR e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura de Colombo (SEMAA) de Colombo, que contaram com o apoio da COMEC. Já as ações da ECOPARANÁ e Paraná Turismo foram mais pontuais e operacionais, sendo concentradas na etapa de divulgação do CITUR.

Percebemos, no entanto, que as instituições responsáveis pelo CITUR não fizeram mais do que organizar um produto turístico a partir de uma oferta já existente, pois quase todos os empreendimentos já existiam, ou já ofereciam e comercializavam produtos (refeições, vinhos, frutas, doces, entre outros), antes da criação do CITUR. Esse fato demonstra que a maior parte dos empreendimentos que compõem a oferta turística do circuito já fazia parte do cotidiano dos empreendedores e de parte da população local, apresentando-se como horizontalidades no espaço.

Sabendo da existência de uma oferta endógena de lazer e turismo, que, apesar de fragmentada, apresentava potencial, e das limitações de Colombo para receber atividades econômicas de alto impacto ambiental, como indústrias poluentes, a Prefeitura Municipal de Colombo, através do Departamento de Turismo, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEMAA), passa a acreditar no desenvolvimento do turismo, e as-

sume o comando da gestão do CITUR a partir de sua criação.

Em entrevista realizada em 2004 com A. M. M.,⁸ uma das responsáveis pela gestão do CITUR até 2005, fomos informados que, para implantar o Circuito, a prefeitura e a EMATER fizeram um levantamento prévio das potencialidades turísticas das propriedades (rurais e urbanas), das propriedades que já ofertavam produtos e atrativos que poderiam ser direcionados para o turismo, e, chamaram aqueles com maior potencial para participar.

Destá forma, entendemos que a idéia não foi endógena nem democrática, pois, como já colocado, partiu de cima para baixo (órgãos públicos), e pré-selecionou aqueles com condições de desenvolver o turismo na propriedade. Essa pré-seleção demonstra a intencionalidade da prefeitura e da EMATER em concentrar as decisões referentes ao desenvolvimento do CITUR e em escolher as propriedades e os proprietários que, segundo alguns técnicos, estariam mais aptos para receber visitantes. Como entendemos ser fundamental uma ampla participação da população local no planejamento e na gestão do turismo, levantamos as seguintes questões: –Por que não foi realizado um estudo prévio sobre a opinião das pessoas em relação à proposta do Circuito de Turismo?– Por que não foi feito um trabalho de base nas comunidades rurais de Colombo, envolvendo a maior parte dos agricultores na identificação do potencial turístico e da oferta existente?

As propriedades e os empreendimentos selecionados como de maior potencial foram basicamente aqueles que já ofereciam algum produto que poderia ser aproveitado como atrativo ou equipamento turístico. No que tange às propriedades rurais, foram selecionadas aquelas que já possuíam vinícolas, áreas de lazer, produtos orgânicos e produtos processados. Na verdade, tais propriedades já recebiam visitantes que iam comprar os produtos e usufruir o local.

Outra ação importante da prefeitura e de outros idealizadores do CITUR foi a utilização de um apelo étnico/cultural para diferenciar o Circuito dentro

⁸ Ex-funcionária do setor de turismo da prefeitura municipal de Colombo.

dos vários circuitos turísticos planejados no Anel de Turismo da RMC. Isso se deu em virtude de Colombo ser colonizado por imigrantes italianos, e ainda guardar alguns traços da cultura italiana (arquitetura de algumas construções, festas, danças, jogos, produção de vinhos) na paisagem e nas territorialidades de seus habitantes mais antigos. Assim, o logotipo do CITUR e todo o seu *marketing* foram baseados em aspectos culturais da Itália.

Caracterização do CITUR

Para Nitsche (2000:12):

o Circuito Italiano de Turismo Rural é um roteiro de caráter institucional, com pontos turísticos distribuídos em um itinerário, cujo percurso é de escolha do usuário, pois se constitui em um roteiro do tipo faça você mesmo.

Os empreendimentos do CITUR estão espacializados em diversos bairros do município de Colombo, seja no núcleo urbano (sede), nas margens da Rodovia da Uva, nos bairros de Guaraituba e Colônia Faria (ao sul), seja nas áreas ruralizadas, como Bacaetava, Capivari, Roseira e Santa Gema.⁹

O Figura 1 ilustra os empreendimentos do CITUR em Colombo. Ele representa o mapa temático do CITUR, distribuído como um guia para os visitantes. Inserimos com um círculo preto os empreendimentos de propriedade de agricultores familiares.

Cerca de dois terços do trajeto é asfaltado. O restante são estradas de saibro regulares, com condições de tráfego. O CITUR é composto por dois trajetos interligados:

- O trajeto principal, na parte oeste do município, tem início na Rodovia da Uva, atravessa a sede do município e engloba os bairros/comunidades de Roça Grande, Embu, Sapopema, Campestre, São João, Fervida, Poço Negro, Ribeirão das Onças, Capivari e Bacaetava. Na Rodovia da Uva, existem diversos empreendimentos, além do posto de informações do CITUR. Esse trajeto concentra os restaurantes e as vinícolas.

- O segundo trajeto situa-se a leste do município, tendo como eixo principal a Estrada da Ribeira, e circunda os bairros/comunidades de Guaraituba, São Gabriel, Colônia Faria, Itajacuru, Santa Gema e Roseira.

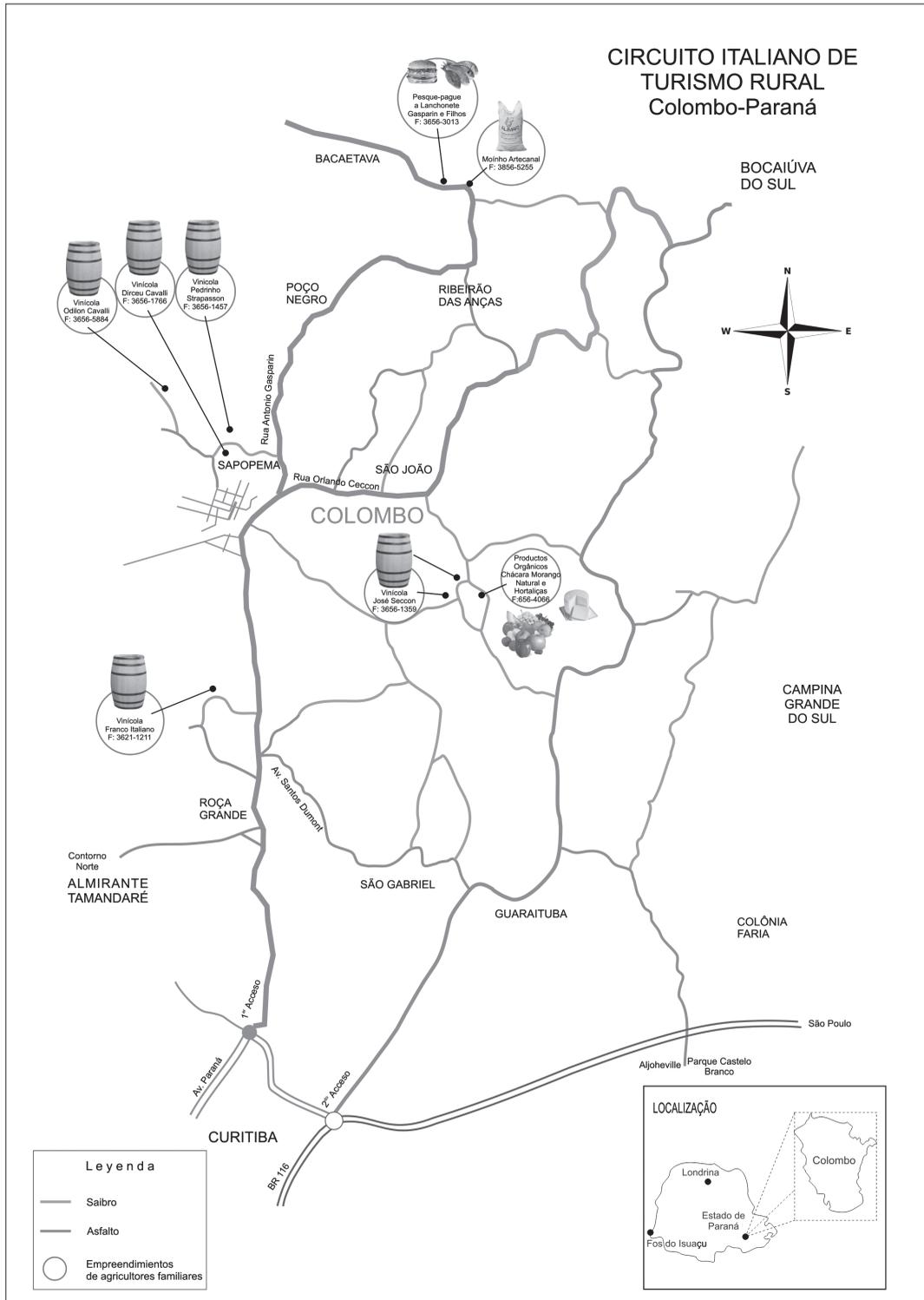
No que diz respeito aos atrativos de turismo rural, Lannes (2003) cita a viticultura e a produção orgânica, as vinícolas, o artesanato, a hospedagem, o lazer e a alimentação. Silveira (2001) afirma que o Circuito de Colombo tem um percurso de 32 km, com igrejas, cantinas de vinho artesanal, propriedades que cultivam orgânicos, produção de flores, pesque-pague, grutas e cavernas, rios, áreas de floresta, etc.

Entre os atrativos do CITUR, destaca-se a Gruta de Bacaetava, situada a 13 km do centro, sentido norte, no bairro de Bacaetava. A gruta apresenta dois salões, sendo um com 205 metros de extensão, cortado por um córrego e aberto à visitação, e outro superior, fechado à visitação. Visando preservar a gruta, a prefeitura, com apoio do governo do Estado, criou, no ano de 2000, o Parque Municipal da Gruta da Bacaetava. O parque é administrado pela Secretaria de Turismo da prefeitura, e possui funcionários que recebem e acompanham os visitantes.

Verticalidades, Horizontalidades e Intencionalidades na Gênese e Desenvolvimento do CITUR

Considerando os referenciais utilizados e a análise do CITUR - composto por entrevistas com os responsáveis pela gestão e com empreendedores do Circuito, avaliação das ações do Conselho Municipal de Turismo por meio do livro ata, e trabalhos de campo - percebemos que, nas ações dos atores endógenos no lugar, há uma tendência em predo-

⁹ Considerando que o município de Colombo é classificado por Schneider e Blume (2005) como município urbano, a utilização do termo "áreas ruralizadas" se dá em virtude de a maior parte do município de Colombo combinar, de forma diferenciada, objetos técnicos e ações de origem e características urbanas e rurais, ou seja, urbanidades e ruralidades. Além dos empreendimentos do CITUR, os espaços periurbanos e rurais de Colombo abrigam mineradoras, várias segundas residências e estabelecimentos comerciais, responsáveis por uma tecnicização do espaço, e por novas relações sociais entre uma minoria composta pela população rural, e a maioria da população, de origem urbana.



Fonte: Folheto de divulgação do CITUR para os visitantes.

Figura 1. Mapa Temático do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR).

minar horizontalidades. Essas ações horizontais (no lugar) podem, porém, ser influenciadas por verticalidades, disseminadas pelos atores exógenos ao lugar, ou mesmo por atores locais, que, ao incorporar valores verticais globais, passam a agir em prol da racionalidade hegemônica, acreditando que tais ações conduzirão ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

Desta forma, apesar de atuarem concretamente no lugar, os atores exógenos tendem a disseminar verticalidades, fortemente vinculadas à lógica mercantil e às intencionalidades do *trade* turístico. Estas irão influenciar nas suas ações individuais e, conseqüentemente, nas horizontalidades. Assim, quanto maior a inserção de atores exógenos, maior tende a ser a influência das verticalidades na produção do espaço geográfico.

Em relação à gênese do CITUR, entendemos que a oferta de lazer e turismo já existente antes da institucionalização do Circuito é decorrente de horizontalidades, pois são atividades concebidas e desenvolvidas no lugar, no espaço banal. As ações horizontais dos empreendedores, sejam eles autóctones ou de “de fora”, podem, contudo, tanto ter intencionalidades horizontais, como intencionalidades verticais.

Os empreendimentos de propriedade de agricultores familiares, como as vinícolas e a produção orgânica, são horizontalidades que fazem parte do cotidiano destas famílias, pois todos já desenvolviam tais atividades antes da existência do CITUR. No caso das vinícolas, a produção de vinhos é uma tradição das famílias de imigrantes italianos, sendo um aspecto de horizontalidade, que também representa uma ruralidade local e uma rugosidade.

Os empreendimentos de agricultores familiares poderiam ter elementos de contra-racionalidades, pois são formas artesanais e não-convencionais de produção e consumo, que contribuem para uma relativa autonomia dos agricultores. Esses agricultores familiares não praticam, porém, uma agricultura eminentemente de subsistência, e possuem diversas relações capitalistas, direcionadas à aquisição de insumos, comercialização dos produtos agropecuários, consumo familiar, bem como à organização da propriedade para recepção e atendimento dos visitantes. Por sua vez, as relações

capitalistas também disseminam verticalidades, por meio da racionalidade mercantil/econômica dos atores hegemônicos, que pregam a competitividade, a individualidade e a rigidez.

Com a institucionalização do CITUR, surgem novos atores no território, que passam a estabelecer relações com os agricultores familiares e outros atores já instalados. Além do predomínio da lógica mercantil, muitos destes novos sujeitos estão vinculados ao *trade* turístico (empresários do setor, planejadores, consultores, operadoras, agências, guias, turistas). A maior parte destes são disseminadores de verticalidades e agem a partir de diretrizes formuladas pelos agentes hegemônicos globais. Esses novos sujeitos e suas ações –pautadas na busca de crescimento econômico ilimitado, profissionalização e competitividade– são verticais, e podem alterar a percepção e os próprios objetivos dos agricultores em relação ao seu empreendimento e seu modo de vida.

Outros empreendimentos, como restaurantes, hotéis, pousadas, estabelecimentos comerciais também já existiam antes da formação do CITUR, fazendo parte das horizontalidades do lugar. Todavia, além de serem gerenciados dentro da lógica do mercado, alguns destes são de propriedade de atores exógenos. Nesses empreendimentos há grande influência das verticalidades e, geralmente, predomina o que Santos (1996) chama de coesão horizontal a serviço do mercado.

O inventário da oferta turística do município de Colombo (2003) aponta que a idéia de criação do *Circuito Italiano de Turismo Rural* iniciou-se a partir

[...] da discussão de trabalhar uma proposta de desenvolvimento rural compatível com a região, onde a preservação e conservação dos recursos naturais fosse prioridade, pois o município está em área de mananciais, e ao mesmo tempo esta proposta fosse geradora de emprego e renda nas propriedades e comunidades agrícolas, aumentando a auto-estima do agricultor e dos munícipes, garantindo qualidade de vida (Inventário da oferta turística de Colombo, 2003:63).

A retórica da prefeitura municipal indica que a proposta de desenvolvimento do turismo rural

se constitui em uma ação horizontal (horizontalidade), pois tem como objetivos a conservação ambiental e a geração de emprego e renda nas propriedades agrícolas envolvidas. Na visão do poder público municipal, essa geração de emprego e renda levaria ao desenvolvimento rural e garantiria a qualidade de vida da população rural. Analisando a fragilidade ambiental do município de Colombo, unida à necessidade de novas alternativas de sobrevivência no campo para os agricultores, e ao próprio potencial turístico já existente (propriedades rurais que comercializam produtos *in natura* e processados, construções históricas, restaurantes e a gruta de Bacaetava), o turismo rural parece surgir como uma opção interessante para Colombo.

Conforme afirma o então técnico da EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) regional Curitiba, E. B. N., e a então técnica da COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), I. C. B., o CITUR tem por objetivo estabelecer uma política de desenvolvimento econômico com a preservação dos espaços rurais, profissionalizando os pequenos proprietários agrícolas e gerando empregos e renda para o município (Nascimento; Beltrão, 2002).

Entendendo que a realização do evento CITUR se dá no lugar e se apresenta como horizontalidade, percebemos aqui mais uma influência de verticalidades no espaço banal. A ênfase desses dois atores externos no desenvolvimento econômico municipal indica o objetivo de expansão do capitalismo em Colombo. A idéia de preservação do rural conduz a outra verticalidade, que diz respeito à idealização do espaço rural e à sua transformação em mercadoria através do seu uso turístico. A propagada revalorização do rural também é fruto do interesse da sociedade por consumir elementos materiais e simbólicos do meio rural, onde a mídia tem um papel de suma importância na criação e no direcionamento dos desejos dos consumidores. Além disso, questionamos se o turismo não modifica ao invés de preservar o espaço rural, pois traz consigo uma nova dinâmica econômica, e, portanto, novas relações socioespaciais/territoriais.

A idéia de profissionalização dos pequenos agricultores pode ser vista como outra verticalidade, pois o empreendedorismo e a competitividade

são exigências propagadas pela racionalidade hegemônica para qualquer profissional ou empresa. Aqui nos remetemos novamente aos conceitos de coesão horizontal a serviço do mercado e coesão horizontal a serviço da sociedade, apresentados por Santos (2000). A profissionalização/capacitação dos pequenos agricultores seria uma horizontalidade que poderia contribuir para maior autonomia deste e para melhoria de sua qualidade de vida, levando a uma coesão horizontal a serviço da sociedade. A forma como os organismos empresariais (SEBRAE, Associações Comerciais, entre outras) trabalham a concepção de profissionalização se adequa, no entanto, muito mais aos interesses do capitalismo global do que aos interesses e anseios dos agricultores, sobretudo os familiares, pois objetiva o crescimento econômico, e tende a levar o agricultor a depender das relações com o mercado, e não a fortalecer sua autonomia política e econômica. Assim, essa profissionalização se apresenta como uma coesão horizontal a serviço do mercado.

Outro aspecto a enfatizar na citação de Nascimento e Beltrão (2002) diz respeito ao público-alvo dessa política pública, que são os pequenos proprietários agrícolas. Nitsche (2000) também destaca o CITUR como algo benéfico para as pequenas propriedades, e a prefeitura de Colombo vê os pequenos agricultores como os maiores beneficiários do CITUR.

Essa ênfase aos agricultores familiares/tradicionais como maiores beneficiários do CITUR demonstra que a proposta do turismo nas propriedades poderia ser vista como uma contra-racionalidade, e como uma horizontalidade a serviço da sociedade. Apesar de essa retórica (de benefícios para a população local) ser amplamente utilizada, as verticalidades têm forte influência na forma de gestão do CITUR, sobretudo nas intencionalidades do setor empresarial frente ao turismo. Como existem apenas 8 empreendimentos de agricultores familiares entre os 30 existentes, não são somente suas intencionalidades que irão prevalecer sobre outras intencionalidades.

Com base em documento da Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Turismo de Colombo, Lannes (2003:111) afirma que o CITUR tem por objetivo:

[...] a preservação do meio ambiente, e geração de empregos e renda no meio rural, iniciando assim um processo de desenvolvimento através de ações de comercialização de bens e serviços na pequena propriedade, evitando o êxodo rural, a agregação de renda ao agricultor, o resgate e preservação das tradições culturais, arquitetônicas e gastronômicas dos imigrantes italianos.

O objetivo do documento da prefeitura é mais amplo que o apresentado por Nascimento e Beltrão (2002), pois, além do desenvolvimento econômico por meio da geração de emprego e renda e da comercialização de bens e serviços na propriedade, faz ressalva à questão ambiental e sociocultural, incorporando valores básicos do desenvolvimento sustentável institucionalizado pela ONU. A adoção da retórica da sustentabilidade no lugar, mesmo apresentando-se como horizontalidade, atende, contudo, aos interesses verticais, pois o desenvolvimento sustentável oficial, além de não questionar o crescimento econômico, incorpora-o em sua retórica. Outro aspecto a destacar nesse objetivo diz respeito à ênfase nas pequenas propriedades rurais, geralmente de agricultura familiar, como beneficiárias do turismo. O discurso dos benefícios do turismo para a população local também atinge as horizontalidades, porém é preciso verificar empiricamente quais são esses benefícios e quem são os reais beneficiados. As informações coletadas sobre o CITUR e discutidas em Candiotta (2007) indicam que os maiores beneficiários do CITUR não vêm sendo os agricultores familiares.

Podemos afirmar que a idéia de criar um Anel de Turismo na RMC impulsionou a implantação do CITUR, mas foi a partir da constatação de uma oferta já existente no município de Colombo que o Anel de Turismo da RMC passa a se materializar no espaço através do CITUR. Assim, coube ao Estado (sobretudo à EMATER e à Prefeitura Municipal de Colombo) organizar um produto turístico único (CITUR) que aglutinasse e promovesse tais empreendimentos. Não obstante, o Estado, por meio de seus órgãos e empresas, se apresenta como o principal idealizador da proposta, direcionando recursos e políticas para a expansão do turismo em Colombo, e outros municípios da RMC.

Apesar do direcionamento do Estado, é preciso levar em consideração as intencionalidades das instituições e atores envolvidos, bem como o papel dos indivíduos responsáveis pela elaboração dos projetos, pois, mesmo atuando segundo as diretrizes dos órgãos públicos, estes são sujeitos executivos importantes, pois suas intencionalidades coletivas e individuais influenciam as ações em torno do CITUR.

As firmas, sejam públicas ou privadas, possuem suas intencionalidades. Mesmo atuando de forma horizontal e incluindo em sua retórica a busca de benefícios para a coletividade (sobretudo as instituições públicas), geralmente as firmas estão vinculadas às verticalidades propagadas pelos atores hegemônicos do capitalismo global. Assim, é preciso considerar as intencionalidades de cada indivíduo empregado nessas firmas, pois estas são heterogêneas, de modo que podemos encontrar indivíduos agindo conscientemente para fortalecer as horizontalidades do lugar.¹⁰

No que tange ao CITUR e aos objetivos presentes em sua gênese, procuramos identificar as intencionalidades das instituições e firmas envolvidas, bem como de alguns indivíduos com forte participação nesse processo.

Dadas as informações da funcionária A. M. M. e os objetivos do CITUR apontados pela prefeitura e por Nascimento e Beltrão (2002), percebemos que, apesar da retórica de melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores e da sustentabilidade, a maior intencionalidade da prefeitura na implantação do CITUR reside em viabilizar atividades econômicas que sejam permitidas nas áreas de preservação ambiental (mananciais hídricos), e que aumentem a receita do município. Como os usos de algumas partes do município são restritos, o turismo pode ser uma atividade lucrativa para Colombo, pois gera menos impactos ambientais que as indústrias, as atividades mineradoras e as práticas agrícolas convencionais.

¹⁰ Ao contrário da atual equipe responsável pelo turismo e pelo CITUR em Colombo, a funcionária A. M. M. apresentava claramente uma preocupação com o fortalecimento das horizontalidades, através do incentivo ao resgate da cultura italiana, e do acompanhamento in loco da realidade dos agricultores familiares envolvidos no CITUR.

A atuação da funcionária A. M. M., indica, todavia, uma forte preocupação com o resgate da cultura italiana e com a qualidade de vida dos agricultores familiares envolvidos no CITUR. Ela sempre acompanhou os empreendimentos, dando atenção especial aos pequenos agricultores, pois sabia das peculiaridades destes e das maiores dificuldades em se adaptar ao atendimento dos visitantes. Além do curso de italiano dado aos empreendedores interessados, A. M. M. procurou valorizar elementos da cultura dos imigrantes, e, sendo filha de imigrantes e nascida em Colombo, atuou objetivando contribuir para as horizontalidades do lugar, ou seja, para o fortalecimento do espaço banal. A funcionária também organizou dados de demanda, identificou os maiores problemas do CITUR, e procurou capacitar os empreendedores. Nas avaliações que os empreendedores fizeram sobre o CITUR, A. M. M. foi várias vezes citada como a pessoa mais atuante e preocupada com o desenvolvimento do Circuito.

Com a mudança na gestão do município e do CITUR, o secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sr. A. M. e a funcionária A. M. M. são substituídos pela secretária M. M. e a funcionária D. G.. Por conseguinte, muda a atuação da prefeitura com o CITUR, pois M. M. adota uma visão empresarial mais aguçada, deixando de acompanhar o dia-a-dia dos empreendedores e de identificar seus problemas e anseios. Essa transição e a falta de atenção com os empreendedores, sobretudo a partir da saída de A. M. M., levam a uma perda de credibilidade dos empreendedores em relação à equipe da prefeitura.

Fica claro que as intencionalidades de M. M. e D. G. são estritamente políticas e econômicas, enquanto A. M. M. tinha outras preocupações, como o resgate e valorização cultural, a melhoria de qualidade de vida dos agricultores, a melhoria da imagem do município, e a ampliação da oferta de lazer e turismo em Colombo. Já o ex-secretário A. M. também tinha uma atuação mais política e agia de forma similar à M. M.

Outra instituição fundamental para a existência do CITUR foi a EMATER, que tradicionalmente atua com a extensão rural, e, hoje, percebe o turismo como alternativa de emprego e renda para os agricultores, de modo que vem

incentivando a atividade em todo Paraná. Em sua missão,¹¹ a EMATER incorpora o conceito de desenvolvimento rural sustentável, enfatizando a cidadania e a qualidade de vida no campo.

Apesar de a EMATER ter como foco central a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e a valorização da agricultura familiar, o direcionamento das ações referentes ao turismo rural vem ocorrendo no sentido de transformar o agricultor familiar em um empreendedor do turismo. Mesmo não sendo objetivo da EMATER, essa transformação acaba se dando em virtude da pressão de outras entidades – sobretudo as ligadas ao *trade* turístico – por profissionalização e enquadramento dos agricultores dentro de uma lógica eminentemente capitalista.

No plano local, a atuação dos técnicos da EMATER, L. P. e A. N. foi importante para o acompanhamento direto nas unidades de produção e vida familiares envolvidas com o CITUR, e para o atendimento das necessidades destes em relação à assistência técnica e extensão rural. A saída desses técnicos de Colombo teve impactos negativos na gestão do CITUR, sobretudo das propriedades de agricultores familiares, e hoje, mesmo com a entrada de novos funcionários para acompanhar estabelecimentos rurais ligados ao CITUR, a EMATER de Colombo não tem a mesma importância que tinha no início do Circuito.

Vale ressaltar que, no caso do CITUR, o sr. E. B. N., técnico da EMATER da regional de Curitiba e um dos idealizadores do CITUR e do Anel de Turismo da RMC, também possui uma propriedade rural que está inserida no CITUR, sendo assim, um empreendedor do turismo. Junto com ele outro ex-funcionário da EMATER, o sr. V. B., também é proprietário do mesmo empreendimento. Outro aspecto a constatar é que ambos tornaram-se importantes atores na disseminação do turismo rural na agricultura familiar em todo o Brasil, seja atuando na rede TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar), seja como representantes

¹¹ “Contribuir, de forma educativa e participativa, para o desenvolvimento da agricultura, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população rural” (www.emater.pr.gov.br).

do governo federal que lideraram a criação do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF).

A COMEC tem seu foco na gestão da RMC, e objetiva realizar ações de abrangência regional, que integrem seus municípios, minimizem os impactos socioambientais regionais, e que orientem, mas também promovam o crescimento econômico, no entanto, como coloca Corona (2006), as preocupações da COMEC estão centradas no espaço urbano.

As intencionalidades da COMEC estão ligadas a formas de uso do território da RMC, que induzam o crescimento econômico, mas também contribuam para a preservação dos recursos naturais da região, sobretudo os mananciais de abastecimento hídrico. Tendo no turismo uma dessas formas de uso, a COMEC teve importante atuação no planejamento e na materialização do CITUR e do Anel de Turismo da RMC. A funcionária I. C. B. foi a pessoa mais atuante da COMEC na gênese do CITUR, atuando em parceria com E. B. N. da EMATER.

Já a Paraná Turismo e a ECOPARANÁ, órgãos vinculados à Secretaria do Estado do Turismo (SETU), atuam na lógica do *trade* turístico, incorporando o discurso da sustentabilidade do turismo, mas primando pela expansão do turismo no Estado, conforme a receita da Organização Mundial do Turismo (OMT) e os interesses dos atores hegemônicos.

Na retórica do atual governo estadual, “a SETU e suas vinculadas têm como grande desafio desenvolver o turismo de forma sustentável, ou seja, de forma a gerar benefícios sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais nos núcleos em que se desenvolve”. (www.pr.gov.br/turismo).

A Paraná Turismo tem como objetivos o planejamento e a execução da Política Estadual de Turismo e a implantação de programas e projetos de incentivo, de desenvolvimento e de fomento ao turismo, executando ações que buscam promover o turismo no Estado do Paraná (www.pr.gov.br/turismo/prtur).

A ECOPARANÁ (autarquia de apoio ao turismo no estado do Paraná) tem por objetivo pensar o turismo de uma forma integrada e estratégica, como alternativa econômica sustentável e consistente que, adequadamente implantada, constitui-se numa

importante aliada da preservação da cultura e do meio ambiente. Além do apoio ao CITUR, desenvolve o projeto de Recuperação e Preservação da Cultura Italiana no Município de Colombo, que consiste na restauração e realocação de uma casa antiga, e na construção de uma réplica da Escola Società Italiana Cristòforo Colombo, que foi a primeira escola construída pelos imigrantes (www.ecoparana.pr.gov.br).

De forma geral, a Paraná Turismo e a ECOPARANÁ e, por conseguinte, o governo do estado do Paraná, objetivam o crescimento e o desenvolvimento do turismo, pois entendem a atividade como um negócio lucrativo. Ambas não apresentam maiores questionamentos quanto à dependência e ao vínculo do turismo aos ditames do capitalismo globalizado.

Apesar de se manifestar como horizontalidade na RMC, através da tentativa de diversificar e dinamizar a economia regional com o turismo, as ações da EMATER e da COMEC, em parceria com a ECOPARANÁ e a Paraná Turismo, parecem seguir a *receita* global de expansão territorial do turismo por meio de sua segmentação (turismo rural, ecoturismo, turismo histórico-cultural, etc.) e de investimentos públicos e privados no turismo doméstico/local. Com a incorporação da retórica da sustentabilidade, mas tendo como objetivo implícito ampliar a territorialização do capitalismo dentro do regime de acumulação flexível, essa *receita*, disseminada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e outras firmas e instituições, constitui uma verticalidade, que interessa às micro e às pequenas empresas locais, mas, sobretudo, aos agentes hegemônicos do capital, pois a expansão territorial do turismo, seja ele internacional ou doméstico, é crucial para a afirmação e fortalecimento do capitalismo.

Ainda no contexto do Estado do Paraná, Silveira (2002) aponta como grandes objetivos da política paranaense de turismo a melhoria da capacidade do Estado na atração e na recepção dos fluxos de turistas nacionais e internacionais; o aumento do volume do turismo interno; e a ampliação da participação do setor turístico na expansão da economia, de modo que a política de turismo no Paraná busca, sobretudo, a inserção do Estado na globalização. Por conseguinte, tais objetivos se encontram vinculados às verticalidades, pois estão relacionados à

competitividade e ao consumismo, disseminados como ideologia global, e considerados por Santos (2000), as fontes de novos totalitarismos.¹²

Não obstante, o Estado do Paraná segue as diretrizes e normas de desenvolvimento do turismo propagadas pelo governo federal, que, a partir da década de 1990, passa a incentivar a descentralização do turismo e o estabelecimento de parcerias entre o setor público e o privado. Por meio do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), da década de 1990, e, mais recentemente, do Plano Nacional de Regionalização do Turismo, o governo federal vem direcionando as ações no setor turístico brasileiro. Sabendo que os Estados nacionais encontram-se subordinados aos interesses verticais/globais das firmas transnacionais e de instituições supranacionais como a OMT e o Banco Mundial, as próprias políticas públicas de turismo, seja a nível federal, estadual ou municipal, clamam pelo crescimento econômico do turismo,¹³ apesar da retórica da sustentabilidade e da qualidade de vida. Assim, tais políticas públicas são condutoras de verticalidades nos lugares.

O turismo rural na agricultura familiar vem sendo considerado uma opção complementar de emprego e renda para os agricultores familiares em vários países, de modo que o turismo é cada vez mais associado ao desenvolvimento, sobretudo ao desenvolvimento sustentável. Percebendo o potencial da agricultura familiar para o turismo rural, bem como a necessidade de novas atividades para a agricultura familiar, o governo federal lançou, em 2004, o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF).

¹² Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. (Santos, 2000:49).

¹³ Cazes (1989 apud Silveira, 2002) coloca que existe um Sistema Turístico Internacional, composto pelas empresas de transportes (aéreo, ferroviário e rodoviário), as cadeias de hotéis, os clubes de férias, os operadores e agentes de viagens, e os organismos multilaterais de financiamento como o Banco Mundial, que controlam a demanda e os serviços turísticos, os países emissores e receptores, bem como as políticas nacionais e regionais de turismo.

Apesar de se manifestar como horizontalidade nos lugares, os projetos do PNTRAF demonstram a ênfase do governo federal no turismo rural como opção para a agricultura familiar, fato que, por sua vez, provém de organismos internacionais como a FAO (Food and Agriculture Organization), vinculada à ONU (Organização das Nações Unidas), e interessa aos atores do capitalismo global, pois amplia as relações capitalistas dos agricultores familiares, considerados por muitos cientistas sociais, como aqueles com condições de ter uma relativa autonomia frente o mercado. O PNTRAF é, portanto, influenciado por verticalidades e, apesar de conter elementos de contra-racionalidade na retórica, contribui de certa forma para a reafirmação da racionalidade hegemônica. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão responsável pelo PNTRAF, pode até ter como intencionalidade disponibilizar uma nova opção de emprego e renda para os agricultores familiares. Questionamos, porém, se essa atividade não passa de mais uma forma de dependência e de subordinação da agricultura familiar ao capital, ao invés de fortalecer a agricultura familiar.

Seguindo as diretrizes do governo federal, diversos Estados brasileiros vêm criando políticas públicas e projetos de desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar, por meio de circuitos, rotas, roteiros, etc. O Paraná se destaca nesse contexto, pois, além de conceber diversos projetos turísticos, sobretudo na Região Metropolitana de Curitiba, tem no *Circuito Italiano de Turismo Rural* de Colombo, um projeto considerado piloto, que passa a ser referência nacional de turismo rural na agricultura familiar.¹⁴ Cabe ressaltar que o próprio CITUR é anterior à criação do PNTRAF, sendo uma das experiências consideradas de sucesso, que justificaram a expansão do incentivo ao turismo rural na agricultura familiar através do PNTRAF.

¹⁴ O CITUR vem recebendo visitas técnicas provenientes de vários municípios brasileiros, sobretudo nos primeiros anos de sua existência. Organizadas por extensionistas rurais, tais visitas são direcionadas a agricultores e outros empreendedores que já recebem turistas ou que estão se preparando para o atendimento aos visitantes.

A complexidade econômica do turismo, envolvendo múltiplos setores da economia, certamente favorece a acumulação de riqueza por parte dos macroatores (firmas transnacionais), e de outros atores econômicos. Os empréstimos destinados ao desenvolvimento do turismo em diversos países, por parte das instituições financeiras globais, como o Banco Mundial, também se apresentam como verticalidades.

Por fim, a disseminação da idéia do turismo como alternativa de emprego, renda, e como atividade sustentável, pois traria benefícios ambientais, socioculturais e econômicos, é outra verticalidade, apoiada no discurso, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela OMT. Vale ressaltar que, apesar da retórica de sustentabilidade adotada por tais instituições, as intencionalidades destas também se encontram vinculadas à racionalidade hegemônica e à expansão territorial do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o debate sobre a influência de verticalidades e horizontalidades na produção do espaço geográfico, e aplicando tais conceitos na realidade empírica da pesquisa, entendemos que, antes da criação do CITUR, predominavam as horizontalidades na produção do território turístico local, pois os empreendedores locais eram os principais protagonistas do desenvolvimento do turismo em Colombo, e a influência de normas e ações exógenas, sejam elas globais, nacionais ou regionais, não era tão intensa. A partir da implantação do CITUR em 1999, novos atores públicos e privados, passam a realizar ações importantes, fazendo com que se amplie a influência de normas e ações verticais nas horizontalidades, ou seja, no lugar. Assim, diversas ações provenientes dos atores vinculados ao *trade* turístico e/ou à lógica de expansão do turismo, conduzem à introdução de verticalidades nos lugares.

Conforme verificamos no desenvolvimento do CITUR, alguns cursos de capacitação foram oferecidos aos empreendedores. A EMATER e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) ofereceram cursos ligados à organização da produção e da pro-

priedade para o turismo rural. O Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE), além de consultorias nos empreendimentos do CITUR, também ministrou cursos sobre empreendedorismo. A ação da UFPR, da EMATER local e do SEBRAE vêm se instalar nas horizontalidades/no lugar, porém chamamos a atenção para o SEBRAE, que, além de atuar em diversos projetos turísticos em todo o Brasil, trabalha na lógica do mercado, priorizando os resultados econômicos frente aos sociais e aos ambientais. Assim, o SEBRAE se apresenta como outro ator disseminador de verticalidades, pois, apesar da retórica da sustentabilidade e da ênfase nas pequenas e microempresas, prima pela competitividade, pela padronização da gestão das empresas e pelo crescimento econômico constante.

A visão mercadológica do SEBRAE (Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa) e o incentivo para que os agricultores envolvidos com o turismo tenham uma visão empresarial e formalizem a abertura de uma empresa, são indicadores das verticalidades implícitas nas intencionalidades do SEBRAE. Isso pode até comprometer a própria condição de agricultor familiar daqueles agricultores envolvidos com o turismo, pois, se o mesmo se tornar um empresário, este poderá deixar de ser oficialmente considerado um agricultor familiar. Acontecendo isso, o turismo deixaria de ser uma atividade voltada a fortalecer a agricultura familiar, para se tornar uma atividade estranha à agricultura familiar, que, além de modificar as ações e estratégias das famílias rurais envolvidas, pode até enfraquecer e comprometer a condição destas como representantes da agricultura familiar.

Em relação aos empreendedores, verificamos que todos entraram no CITUR com o objetivo direto ou indireto de aumentar sua renda, fato que indica o predomínio de intencionalidades econômicas entre os empreendedores. Aqueles que administram o empreendimento a partir de uma lógica eminentemente mercantil, como os restaurantes, pousadas, hotéis, e estabelecimentos comerciais, são, contudo, os maiores vetores de verticalidades no lugar. Com a incorporação ou intensificação dessa racionalidade econômica, os agricultores familiares têm suas intencionalidades afetadas pela racionalidade economicista/mercantil vertical.

A maior parte dos agricultores familiares envolvidos já tinha relações com os mercados, seja nas atividades agrícolas ou mesmo na comercialização dos produtos, porém sua inserção no CITUR intensificou suas relações capitalistas.

A idéia de abrir a propriedade para a comercialização de seus produtos se constitui em uma horizontalidade, proveniente da ação dos agricultores familiares objetivando melhorias na renda e na qualidade de vida da família, porém o caso do Anel de Turismo da RMC e do CITUR demonstra que, ao tentar organizar a oferta e criar um produto turístico, o Estado, por meio de seus órgãos, investe em projetos de turismo que continuam sendo concebidos e implantados *de cima para baixo*, ou seja, por técnicos do poder público e por empresários da iniciativa privada, e que acabam afetando as horizontalidades e as intencionalidades dos próprios agricultores familiares.

Concluindo, podemos afirmar que essa análise da gênese e do desenvolvimento do CITUR demonstra que as horizontalidades são extremamente influenciadas pelas verticalidades, apesar de não serem totalmente determinadas por estas. A criação do CITUR se apresenta como um evento horizontal, e parte de horizontalidades pré-existentes, traduzidas nas ações daqueles que organizaram e abriram sua propriedade para visitação e comercialização. Todavia, a implantação do CITUR por parte do Estado, apesar de se manifestar localmente como horizontalidade, se mostra profundamente influenciada por normas e ações verticais.

Por conseguinte, a implantação e a institucionalização do CITUR, através da ação do Estado, desencadeiam um choque entre as horizontalidades dos agricultores familiares, manifestadas em ruralidades como o modo de vida e suas atividades agrícolas e paraagrícolas cotidianas; com as verticalidades globais, trazidas à tona por agentes públicos (prefeituras, órgãos estaduais e federais) e privados (diversas empresas ligadas ao *trade* turístico, SEBRAE, etc.), geralmente provenientes do meio urbano, e manifestadas no planejamento e organização do “produto turístico” CITUR.

O predomínio da lógica do mercado sob influência das verticalidades transforma o espaço, o lugar, e, conseqüentemente, as próprias horizon-

talidades dos atores locais, tornando-os mais aptos à aceitação da racionalidade hegemônica do que ao surgimento de contra-racionalidades. Possíveis ações de resistência a essa globalização perversa, chamada por Santos (1996) de contra-racionalidades, acabam sendo apropriadas por outros atores, e modificadas a partir de intencionalidades dos atores hegemônicos. Assim, ao mesmo tempo em que o global se fortalece através da disseminação das verticalidades no lugar, as horizontalidades vão sendo cada vez mais influenciadas pela dinâmica global, de modo que as intencionalidades da maioria da população local acabam sendo ignoradas.

REFERÊNCIAS

- Candiotto, L. Z. P. (2007), *Turismo rural na agricultura familiar: uma abordagem geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural, município de Colombo – PR*, tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Corona Hieda, M. P. (2006), *As multidimensões da reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba*, tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Lannes, J. (2003), “Turismo rural e agricultura sustentável: a experiência do circuito italiano de Colombo – PR”, em Ramos, J. M., M. L. Castilho, *Agronegócio e desenvolvimento sustentável*, Unioeste, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil, pp. 105-120.
- Nascimento Ednei, B. e I. Beltrão (2002), *Implantação de circuitos de turismo em áreas rurais nos mananciais da região metropolitana de Curitiba* (Relatório Técnico), Curitiba, Paraná, Brasil.
- Nascimento Ednei, B. e I. Beltrão (2004), *Turismo sustentável na Região Metropolitana de Curitiba*, UFPR/SAF-MDA, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Nitsche, L. B. (2000), *Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo e Bocaiúva do Sul: um enfoque avaliativo* (Especialização em Planejamento e Gestão do Turismo) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Prefeitura Municipal de Colombo-PR (2003), *Inventário da oferta turística*, Colombo, Paraná, Brasil.
- Santos, M. e M. L. Silveira (2001), *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Record, Rio de Janeiro, Brasil.

- Santos, M. (1996), *A natureza do espaço*, Hucitec, São Paulo, Brasil.
- Santos, M. (1997), *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, Hucitec, São Paulo, Brasil.
- Santos, M. (2000), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Record, Rio de Janeiro, Brasil.
- Santos, M. (2002), “O retorno do território”, em Santos, M., M. A. de Souza, M. L. Silveira (orgs.), *Território: globalização e fragmentação*, ANPUR/Hucitec/Annablume, São Paulo, Brasil, pp. 15-20.
- Saquet, M. (2003), *Os tempos e os territórios da colonização italiana*, EST Edições, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Schneider, S. e R. Blume (2005), “Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia”, *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, (prelo).
- Silveira, M. T. (2002), *Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento: um foco no estado do Paraná no contexto regional* (tese de doutorado), FFLCH/USP, São Paulo, Brasil.
- Silveira, M. T. (2001), “Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local”, em Rodrigues, A. B. (org.), *Turismo rural: práticas e perspectivas*, Contexto, São Paulo, Brasil, p. 1.